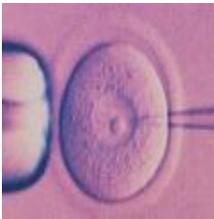


## Bioética e saúde pública!

Marcelle Coelho Rosário - PUC/RJ



Bioética

**1. Contexto:** A *Bioética* deve assumir um caráter interdisciplinar na construção do processo saúde-doença. O conceito de *saúde* joga um papel de especial importância para a compreensão da interdisciplinaridade da Bioética.

**2. Reflexão:** A primeira informação que deve ser transmitida é que em 1948 a Organização Mundial de Saúde define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência da afecção ou doença. Alguns autores afirmam que este conceito foi alargado durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1988, quando foram incluídos neste conceito as condições de vida, como trabalho, habitação, alimentação e todos os direitos ao acesso igualitário, inclusive assistência religiosa (se assim o desejar), através das chamadas *políticas de saúde*. Um olhar mais apurado, com o devido respeito, faz com que se perceba que nada foi, de fato, acrescentado, mas apenas desmembrado. Parece claro que ao se falar em *bem estar físico, mental e social* já está se falando em condições aceitáveis de vida em todas as suas variantes, inclusive o poder de fazer valerem direitos e exigir o cumprimento de obrigações, expressando o ser cidadão. O direito à saúde já está contido no preceito constitucional brasileiro que garante aos seus, como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana, como indica a inteligência do artigo 1º da nossa Carta Magna em vigor. Desta forma, não era mais necessário sequer que o conceito de saúde fosse explicitado, redefinido ou acrescido. Porém, extravasando um delírio elucidativo, os legisladores pátrios insistem: artigo 196 da CRFB/ 88: *A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.* O que ainda não se realizou é que a saúde (e aqui se trata da realidade nacional) tem que ser considerada globalmente, do mesmo modo que a doença. Levando-se em consideração aspectos que não podem mais ser vistos isoladamente, *verbi gratia*, as condições sócio-econômicas de cada grupo e principalmente suas demandas. Doença e saúde não podem ser compreendidas de forma rígida, dentro de conceitos estanques. O que existe hoje é o *processo saúde-doença*, que dependerá da combinação de inúmeros fatores, como os acima citados à título de exemplo. Como participantes na construção deste processo aparecem como *atores sociais*: o Estado, a sociedade

civil organizada e o indivíduo. O Estado brasileiro moderno desenvolve, em 1990, o Sistema Único de Saúde *SUS* -, que muito embora se apresente como um bom prestador de serviço, tem uma política flagrantemente focalista. Ou seja, consubstancia suas políticas direcionando-as para os pobres, o que parece ser o grande problema, pois sua política de atuação deveria seguir o chamado *modelo universal e equitativo*, onde todos os indivíduos, de todas as classes, poderiam usufruir do mesmo sistema de saúde prestado pelo governo. E logo um outro problema: entender que prestar e desenvolver *saúde pública* não consiste somente em disponibilizar médico e hospital. Muito além disso, a Medicina é um dos componentes da saúde pública e não o único, tornando-se premente que os *atores* funcionem conjuntamente rumo à efetivação do sistema. A inter-relação dos planejadores do sistema, dos profissionais que o executam, dos indivíduos e das classes organizadas é que deve determinar o tom do serviço. As atenções devem estar voltadas para a realidade da população. Não adianta muito dizer que *SUS* atende a 140 milhões de pessoas sem que se perquirira a eficiência desse atendimento, sem que se investigue quais os fatores que estão levando essas pessoas aos hospitais. Acredita-se que a boa política de saúde pública dar-se-á quando os indivíduos não buscarem os serviços oferecidos nos ambulatórios e nos hospitais. Quando o Estado efetivar (sem grandes elaborações), garantir, proporcionar a vida digna aos seus nacionais. Teorias à parte, saúde é: sentir fome... e poder comer, poder trabalhar...e ter um trabalho, precisar de um lugar para morar...e ter uma casa decente, querer que seu filho estude ...e ter uma boa escola para ele. Respalando (com os elementos mínimos que visam garantir o básico para que se tenha uma vida digna) o núcleo da sociedade - a família - processo saúde-doença assumiria novos contornos. Lembrando os incontáveis atendimentos dos serviços de saúde em que foram diagnosticadas doenças psico-emocionais, geradas não raramente pelo contemporâneo *estresse*. Estresse oriundo da fome, do desemprego, da falta de perspectiva (para si e para os seus), das dívidas, do *Kaos*. Aqui deveria começar a ação do Estado. Mas esta *teoria* vem sendo traduzida pela política de *abrir* hospitais. A participação da sociedade, a participação de cada indivíduo, de cada cidadão, a participação de profissionais como sociólogos, antropólogos, administradores e outros que possam auxiliar o projeto, tem sido indispensável para que as tomadas das decisões na área da saúde sejam efetivas na sua aplicação, eficazes alcançando o objetivo e eficientes ao atingir com êxito toda a população. O conjunto de referências deve conter as experiências da população, dos profissionais da área de saúde, dos representantes do governo local. Do *papel à prática... uma África!* O descobrimento dessas premências não foi suficiente para a sua implementação. Faz vinte e sete anos que a Declaração



de Alma-Ata (Declaração de Alma-Ata, no Cazaquistão. Em 1978, estabeleceu o compromisso de *saúde para todos* no ano 2000) foi assinada. Todos os signatários lutaram para que a saúde fosse escrita e, ainda hoje, são realizados seminários para que sejam constados se as diretrizes foram, estão sendo ou não, seguidas. Onde se conclui que o *remédio*, a *cura* do processo saúde-doença está na organização dos benefícios implementados pelo governo, com ações participativas e a vontade de permitir que a população seja, verdadeiramente, saudável.